

Intervenção externa e desunião europeia

A intervenção externa no nosso país precisa de uma boa metáfora. Inspirado pelas violentas práticas de extorsão de Tony Soprano, complexa personagem de um mafioso na popular série de televisão, o economista Michael Burke ofereceu-a: estamos perante um «resgate Tony Soprano»¹. O dia 6 de Abril, quando José Sócrates anunciou ao país a decisão de recorrer ao financiamento externo do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxas de juro certamente superiores às que vigoraram para a dívida soberana no início de 2010, assinala um importante momento de «evolução na continuidade» na violenta e antipopular operação de salvamento público do sector financeiro nacional e internacional. Uma política que tem comandado a integração europeia. É uma operação violenta e antipopular porque o pagamento aos credores externos e a recapitalização dos bancos continuarão a ser feitos à custa dos rendimentos directos (salários) e indirectos (prestações sociais e serviços públicos) da maioria dos trabalhadores, cuja desvalorização se orchestra com denodo. Acresce a venda forçada dos activos públicos a baixo preço, apesar do irrelevante encaixe financeiro e da perda irreversível de importantes instrumentos de política pública em sectores estratégicos, num último e mais predador fôlego de um processo iniciado durante o «cavacismo».

As peripécias partidárias que precipitaram a formalização da intervenção externa — em vigor desde 2009, a coligação informal entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD), corria de transmissão nacional do consenso de Bruxelas-Frankfurt, não aguentou o quarto Programa de Austeridade e Crescimento (PEC) em menos de um ano — são menos importantes do que o esforço para compreender a natureza do bloco económico-político que nos meteu num círculo vicioso da austeridade, gerador de desemprego, recessão e fragilidade financeira, e que pressionou decisivamente o recurso ao que chama de «ajuda externa».

A banca sem stress?

O dia 5 de Abril foi agitado no Banco de Portugal e no Ministério das Finanças, vizinhos históricos na Baixa de Lisboa, mas cuja interacção é desde há uma década mediada por um Banco Central Europeu (BCE) que está impedido pelos tratados europeus de financiar directamente os Estados, mas que o pode fazer indirectamente. Assim, financia no curto prazo os bancos a taxas de juro residuais para que estes comprem os títulos da dívida soberana a mais longo prazo, a taxas de juro bastante mais elevadas. Enquanto dura, esse processo de intermediação financeira, cujo risco entretanto se vai revelando, é bastante lucrativo para os bancos. Dependendo desde há algum tempo do BCE para ter liquidez, e com os especuladores internacionais a afastarem-se da dívida soberana nacional, apostando na redução do seu preço, os bancos nacionais compararam a maior parte da dívida ao Estado no último ano. No entanto, pressionados pelas agências de notação, com a perspectiva de testes de stress reveladores das suas fragilidades e que vão obrigar a reforços do seu capital próprio, os cinco principais bancos decidiram que não podiam esperar nem mais um dia. Tinham de garantir o acesso a uma fatia — fala-se em 15 mil milhões de euros — de um financiamento externo ao Estado português, que se prevê que possa ultrapassar os 90 mil milhões de euros até 2013, e que estes bancos consideraram crucial para evitar o cenário da nacionalização, agora que sabem que não podem falir.

Tentam, como sempre, transferir, em última instância, os seus custos para um Estado que já prometeu, através de Teixeira dos Santos, apoiá-los sem contrapartidas, continuando as mesmas políticas de sempre: parcerias público-privadas em que participaram; um sistema fiscal desenhado para garantir que pagam baixas taxas de

Já lhe chamaram o «resgate Tony Soprano». Longe de ser uma ajuda, muito menos um salvamento, o recurso ao financiamento externo do Fundo Europeu e do Fundo Monetário Internacional vai tornar ainda mais difícil a recuperação económica do país e, pelo caminho, impor de forma violenta o reforço do governo dos bancos e dos grupos económicos, a apropriação privada do que é público e o corte dos rendimentos (salários, prestações e serviços públicos) dos trabalhadores.

● Por JOÃO RODRIGUES*



HELGA STUJGER-NICOLAS / S/ Art'ua (2004) | Galeria Trema — Arte Contemporânea, Lisboa/Galeria

imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); incentivos fiscais ao crédito; generosas comissões na montagem de privatizações; paraíso fiscal na Madeira; e acesso, em 2009, a mais de dois terços da ajuda anti-crise. Os bancos tentam também continuar a transferir o seu fardo para o conjunto da comunidade: para as famílias e empresas produtivas, a quem cobram, entre outras, comissões sem fim, aproveitando-se da assimetria de poder que uma regulação complacente autoriza, e cujo acesso ao crédito, em especial por parte das empresas exportadoras de média dimensão, agora bloqueiam, causando grande prejuízo à economia nacional. O que está aqui em causa é então uma nova fase do que Costas Lapavistas apodou de processo de «expropriação financeira»², que tem vários mecanismos: de um serviço da dívida pública e privada cada vez mais oneroso à socialização dos prejuízos causados pelos choques de mercados financeiros tão disfuncionais quanto liberalizados, passando pela captura das infra-estruturas públicas e dos bens e serviços associados ao Estado social, área em que as oportunidades para os grupos económicos se apropriaram de novas rendas, geradas pela vulnerabilidade dos cidadãos perante o poder empresarial, aumenta com a terapia de choque que está ser planeada.

Ao contrário do que afirmou Robert M. Fishman, um atento observador norte-americano do nosso país, mas dado a alguns idealismos, a intervenção externa não foi um simples golpe dos agentes que operam nos mercados financeiros contra a economia política progressista de um país que insiste em manter uma «economia mista» com laivos keynesianos³. A pressão externa convergiu com um bloco político-económico interno, liderado por grandes grupos económicos e financeiros rentistas. Um bloco que ganhou com a aventura do euro e com os correspondentes enfiamentos para os sectores dos bens não-transaccionáveis que a sobrevalorização da moeda, o acesso fácil aos circuitos financeiros internacionais e uma política industrial insuficiente permitiram. Os agentes internacionais que operam nestes circuitos financeiros estavam aliás apostados em recu-

clar os excedentes financeiros do centro europeu, o que fizeram com considerável ineficiência para as deficitárias periferias, assim indicando o erro da sabedoria económica convencional nesta área. Enfim, um bloco que é responsável pelo facto de a economia política nacional só ter conhecido duas palavras nas últimas duas décadas — liberalização e privatização —, hoje incompatíveis com o acervo de direitos sociais e laborais que foi o lastro de um curto período de democracia de alta intensidade no nosso país.

O realismo e a utopia de Blanchard

Confirma-se a incompatibilidade dos mercados financeiros liberalizados com a escolha democrática nacional para que trabalhos recentes têm apontado⁴: o bloco central PS-PSD será formalizado antes das eleições com um programa cujos contornos ficaram já definidos pelas palavras-chave que saíram da declaração europeia de dia 7 de Abril sobre a intervenção em Portugal: «condicionalidade estrita», «ajustamento orçamental ambicioso», «remoção da rigidez no mercado de trabalho», «medidas para manter a solvabilidade e liquidez do sector financeiro», «ambicioso programa de privatizações», PEC IV como «ponto de partida». No fundo, imitar a Grécia e a Irlanda. As mesmas políticas de austeridade e de desregulamentação laboral, as mesmas consequências necessárias, a mesma dinâmica imparável de insolvência das famílias e dos Estados periféricos. Neste contexto, a liberal *The Economist* parece um dos economistas que escrevem no *Le Monde diplomatique*: «Ao mesmo tempo que a austeridade torna cada vez mais longínqua a saída da crise, o pagamento das dívidas destes países — que se prevê atinjam os 160% do PIB na Grécia, 125% na Irlanda e 100% em Portugal — torna-se cada vez mais difícil, o que faz com que as taxas da dívida soberana se mantenham elevadas. O resultado é uma espiral descendente»⁵. Esta situação seria mais improvável se os Estados tivessem a

sua própria moeda ou se a Zona Euro tivesse um orçamento digno desse nome e um banco central que pudesse financiar directamente os seus défices.

A miopia intransigência austeritária do centro europeu, que os governos da periferia aceitam com passividade, faz com que o FMI pareça o polícia bom. E a verdade é que os seus estudos de investigação recentes têm apontado para as consequências recessivas do tal «ajustamento orçamental ambicioso», para o papel das desigualdades económicas, que a fragilização das regras laborais só irá aumentar, no desencadear da crise e até para as virtudes dos controlos de capitais que evitam os efeitos desestabilizadores da especulação nos processos de desenvolvimento. Talvez por isso, Olivier Blanchard, o seu economista-chefe, tenha vindo do terreno defender condições mais realistas nos empréstimos, em termos de taxas de juro e de prazos e mesmo nos prazos para o tal ajustamento orçamental. No entanto, isto não deve iludir, como sublinha Mark Weisbrot, a questão dos interesses nacionais e financeiros que comandam as operações concretas do FMI, que têm acabado sempre por convergir com a máxima ortodoxia por essa Europa fora⁶.

Olivier Blanchard é aliás conhecido entre os economistas portugueses por ser um dos mais entusiastas defensores de cortes, na ordem dos 20%, dos salários nominais no nosso país para reconquistar, na ausência de outros instrumentos de política, a competitividade perdida com o euro. Cortar salários constitui um dos elementos centrais dos programas de austeridade em vigor⁷. Uma distopia que explica o seu mais que previsível relaxamento com um desemprego que ultrapassa duradouramente os 10% e a obsessão com a demolição das regras laborais. Uma prescrição para o desastre da interacção perversa entre deflação salarial e incapacidade para fazer face à elevada dívida privada, o que aumenta os riscos para o próprio sistema bancário. Uma prescrição incapaz de resolver os problemas da competitividade, que não estão nos custos salariais portugueses, mas sim no medíocre padrão de especialização produtiva nacio-

nal, nos custos e qualidade do capital, nos custos de bens essenciais como a energia e no acesso ao crédito. Os salários reais têm estado alinhados com a produtividade no nosso país. Além disso, hoje sabemos que o mercado interno europeu, principal destino das nossas exportações, tem sido comprimido pela aposta alemã, mas não só, em reduzir substancialmente o peso dos salários no rendimento nacional.

O que nasce torto...

Quando o leitor tiver nas mãos este jornal já conhecerá todos os detalhes da intervenção externa. Os detalhes são menos importantes do que a complicitade e a passividade do bloco central português. Afinal de contas, as divergências táticas conhecidas ocorreram entre os elementos da *troika*. Um governo que quisesse negociar um financiamento gerador de crescimento e de emprego e promotor de uma reestruturação modernizadora da economia tinha de ter usado há muito, em articulação com os governos das periferias, a arma dos fracos: a ameaça da reestruturação da dívida, já aqui por nós defendida⁸. Aliás, o espectro da reestruturação grega deixa os poderes europeus em pânico. Um responsável do BCE fala de um momento Lehman Brothers na Europa, à semelhança do que aconteceu em 2008 nos Estados Unidos. Não são só os bancos que são demasiado grandes para falir. Os sistemas financeiros europeus estão demasiados interligados para que o contágio não se difunda, para que sejam só os bancos nacionais, que hoje detêm uma percentagem maior da dívida pública portuguesa do que quando se começou a falar de reestruturação, a sofrer perdas. A sua estratégia é adiar ao máximo esta inevitabilidade, esperando que os bancos entretanto se consolidem.

Retórica, essa é a mesma de sempre. Multiplicam-se as declarações de governantes espanhóis que nos garantem que a Espanha não é Portugal. Outros dirigentes europeus, como a ministra das Finanças francesa, asseguram que Portugal funcionou como um «corta-fogo» da crise. Declarações deste género têm funcionado como um indicador avançado de novos problemas. O problema espanhol que se segue terá a dimensão de 600 mil milhões de euros. O problema deixará de ser das periferias. Passará a ser o que sempre foi: um problema europeu. Um problema de governos e instituições europeias que não quiseram ou conseguiram resolver o problema bancário, reestruturando os bancos e aumentando a presença e o controlo públicos; nem resolver o problema da dívida soberana, emitindo euro-obrigações e transformando o BCE num verdadeiro banco central; nem resolver o problema do investimento e do emprego, aumentando os poderes e a esfera de acção do Banco Europeu de Investimento. O reconhecimento destes problemas, do fracasso desta arquitectura institucional, da austeridade que segregou, poderá já vir tarde demais. Os especuladores apostam na desunião. Será que se aplicará o ditado? O que nasce torto...

* Economista, investigador no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e co-autor dos blogs *Ladrões de Bicicletas* e *Arrastão*.

1 Michael Burke, «Portugal and the Tony Soprano Bailout», *The Guardian*, 7 de Abril de 2011.
2 Costas Lapavistas, «Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation», *Historical Materialism*, vol. 17, n.º 2, 2009.
3 Robert M. Fishman, «Portugal's Unnecessary Bailout», *The New York Times*, 12 de Abril de 2011.
4 Dani Rodrik, *The Paradox of Globalization*, Oxford University Press, Oxford, 2011.
5 «They're bust. Admit it», *The Economist*, 31 de Março de 2011.
6 Mark Weisbrot, «Emerging Out of the IMF's Shadow», *The Guardian*, 18 de Abril de 2011.
7 Olivier Blanchard, «Adjustment Within the Euro. The Difficult Case of Portugal», *Portuguese Economic Journal*, n.º 6, 2007.
8 Eugénia Pires, João Rodrigues e Nuno Teles, «Depois do fim do romance europeu», *Le Monde diplomatique* — edição portuguesa, Dezembro de 2010.

**DESIGUALDADES
QUE CONDENAM,
AJUDAS QUE MATAM:
QUE SAÍDAS?**

Intervenção externa e desunião europeia **JOÃO RODRIGUES**